

19-05-2021

**"NÃO FECHEI OS OLHOS /  
NÃO TAPEI OS OUVIDOS"  
SOBRE A PROFESSORA DA UFRJ...**

**Rosângela Gaze**

[Médica sanitária. Professora do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva/UFRJ]

Notícia recente ([O Globo, 24/04/21](#)) informando que "Ana" (nome fictício pelo qual a senhora de 63 anos, escravizada por 41 anos pela professora da UFRJ, tem sido tratada pela imprensa) voltou ao convívio dos parentes, reacendeu minha indignação e a reexposição involuntária à indevida suspeita. A névoa persistente sobre esse grave crime mobiliza meu senso de justiça e alerta meus sentidos para situações de teor semelhante silenciadas pelos que optam pelo lado Pilatos da história, ao contrário dos versos de Ivan Lins no título desta crônica. Nesse meio tempo, entretanto, pesquisando notícias em jornais on-line sobre trabalho escravo contemporâneo, encontrei reportagem com algumas similaridades com a da professora da UFRJ.

O Portal iG ([Último Segundo, 07/03/21](#)) divulgou reportagem com foto de "Dalton Siqueira Milagres Rigueira, professor da Fundação Educacional de Patos de Minas/MG, acusado de ter mantido Madalena Gordiano, por 38 anos em trabalhos análogos à escravidão", destacando que a assessoria de imprensa confirmou o vínculo do professor com a Fundação. Na sequência, consta que "Dalton foi desligado dos cursos de veterinária e zootecnia" no final de dezembro de 2020 e que responde desde então à Justiça do Trabalho.

Os demais crimes da família Milagres Rigueira continuam sob investigação: um casamento, 'arranjado' pela mãe de Dalton, entre Madalena e um tio da esposa de Dalton (ex-combatente da 2ª Guerra Mundial) que 'herdaria' a pensão 'administrada' por Dalton e utilizada, dentre outros, no financiamento da faculdade de medicina de sua filha; a obtenção de empréstimos consignados em nome de Madalena; e, ainda, o recebimento do "coronavoucher" pela esposa de Dalton. Comparando as notícias sobre a investigação dos dois crimes - de manutenção de mulheres em regime análogo à escravidão por professores universitários - a diferença que avulta é a identificação detalhada dos envolvidos no caso de Pato de Minas/MG e a ocultação total dos implicados no caso da UFRJ.

Nos artigos de [março](#) e de [abril](#) compartilhei apreensões por ser também professora da UFRJ.

Neste artigo compartilho que, por intermédio da Ouvidoria da UFRJ, solicitei um posicionamento institucional de modo a dirimir dúvidas sobre a conduta das cerca de 2.000 professoras da UFRJ que acredito não compactuarem com a prática de escravidão contemporânea.

A resposta da Ouvidoria em cinco dias corridos revela o interesse no atendimento da solicitação.

No entanto, o cerne da demanda não foi captado, a considerar o teor dos encaminhamentos que tratou meus questionamentos no âmbito restrito da ciência jurídica - "o processo corre sob segredo de Justiça"; em caso de julgar haver "difamação, injúria ou calúnia", inclusive pela internet, "proceder à denúncia crime"; "envio da demanda à Procuradoria Geral junto à UFRJ" - eximindo a competência da Comissão de Ética sobre o "assunto que é, decerto, jurídico" e minorando a demanda por "muito ampla e abstrata para qualquer providência de ordem administrativa."

Os conflitos que emergem entre a garantia do direito individual de "segredo de justiça" e o direito coletivo de preservação da dignidade dos inocentes são da esfera da ética e da justiça social. A garantia de anonimato a suspeitos não pode ser 'descolada' da exposição indevida de inocentes. O debate ético sobre os significados do anonimato de suspeitos de crimes e de sujeitos de pesquisas, sob o valioso direito ao contraditório, precisa ser construído no espaço acadêmico. Despojado da burocracia corrosiva às novas ideias e das certezas petrificadas que desrespeitam 'desigualmente' direitos humanos fundamentais como a da própria "presunção de inocência" que, tantas vezes, é aplicada no primor jurídico às elites ao dissabor de suas vítimas. Fico por aqui, e por enquanto, com o que "me deu clareza" para prosseguir na luta pelos Direitos Humanos, tomando por meu o 'manifesto' de Ivan Lins e Vitor Martins em "[Daquilo que eu sei](#)".

**"Daquilo que eu sei  
Nem tudo me deu clareza  
Nem tudo foi permitido  
Nem tudo me deu certeza...**

**Daquilo que eu sei  
Nem tudo foi proibido  
Nem tudo me foi possível  
Nem tudo foi concebido...**

**Não fechei os olhos  
Não tapei os ouvidos  
Cheirei, toquei, provei  
Ah Eu!**

**Usei todos os sentidos  
Só não lavei as mãos  
E é por isso que eu me sinto  
Cada vez mais limpo!  
Cada vez mais limpo!  
Cada vez mais limpo!"**

\*\*\*

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*